



*Anselmo Tadeu Ferreira\**

Conselho Editorial da Revista Educação e Filosofia

Apresentamos aos leitores da Revista Educação e Filosofia, o número 80, do volume 37, referente ao segundo quadrimestre do ano de 2023, meses de maio a agosto. Esse número é composto de um dossiê da área de Educação, intitulado “**Docência - ofício ou vocação?**”, com 5 artigos escritos por especialistas de todo o país. Conta também esse número 80 com 11 artigos de Filosofia e de Educação enviados para publicação e criteriosamente avaliados por nossos pareceristas. Apresentamos a seguir um breve resumo dos onze artigos de fluxo contínuo; quanto à apresentação do dossiê, esta fica a encargo de seus organizadores, os professores Ivan Fortunato, do IFSP; Osmar Hélio Alves Araújo, da UFPB e Emerson Augusto Medeiros, da UFERSA.

A seção se abre com o artigo **Hume e o debate contemporâneo sobre as razões motivantes**, de André Chagas Ferreira de Souza (UFLA), no qual o autor examina o debate em torno da noção de razões motivantes no pensamento humano, sendo as posições em debate as que advogam uma primazia do desejo ou da crença na motivação da ação. Confrontando as posições em debate, o autor acaba por aproximá-las na medida em que Hume teria uma perspectiva sobre as razões motivantes, quando ele reflete sobre a ação humana ao tratar das paixões, da crença e da razão. Esta

---

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [anselmotf@ufu.br](mailto:anselmotf@ufu.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4592-5977>.

investigação também contribui para se ampliar a compreensão a respeito das considerações de Hume sobre o uso do intelecto na esfera prática.

Em seguida, temos o artigo **“Tornarmo-nos o que nunca fomos”**: **a versão pós-humanista de Foucault para o mote tradicional da formação humana**. Os autores Marcelo José Doro e Miguel da Silva Rossetto, ambos da Universidade de Passo Fundo (UPF), partem da citação atribuída a Píndaro e analisam-na segundo as perspectivas de Nietzsche e Foucault, que a assumiu como lema da formação humanista, como advogam. Para chegar a essa posição, eles recuperam as linhas gerais desse movimento histórico-filosófico em dois momentos: primeiro, na transformação do sentido originário da máxima de Píndaro no uso que Nietzsche faz dela; depois, na crítica ao humanismo que segue com Heidegger e desemboca em Foucault.

No artigo **Performance como logos-pharmakon: Lacan para professores**, dos professores Horácio Héctor Mercau e Marcus Vinicius Cunha, ambos da Universidade de São Paulo (USP), os autores buscam obter as contribuições de Jacques Lacan no que se refere à constituição da subjetividade dos professores. Partindo de análises de Lacan sobre a linguagem, a partir do diálogo deste com Montaigne e de Freud como ponto de partida para entender o conceito de angústia, o artigo desemboca numa proposta de uma pedagogia relacionada à valorização da subjetividade e rompendo com as inclinações mercantilistas da educação vigente.

Passemos ao artigo seguinte, cujo título é **A subjetividade ideal na BNCC: reflexões sobre a formação na Educação Básica**, de autoria das professoras Jeice Campregher, do Centro Universitário Leonardo da Vinci; Rita de Cássia Marchi e Cássia Ferri, ambas da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Nesta pesquisa as autoras debruçaram-se sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que norteia a formação na Educação Básica do país e, confrontando-o com conceitos de Michel Foucault, Norbert Elias, Zigmunt Bauman, Claude Dubar e Stuart Hall e, a partir da reflexão sobre os temas da subjetividade e identidade, concluem que, em muitos de seus trechos, o documento BNCC demonstra evocar,

validar e propagar subjetividades/identidades próprias da modernidade tardia ou líquida, responsabilizando os sujeitos por suas escolhas.

Crise, democracia e educação são os temas que o artigo **O agonismo como conceito articulador entre crise, democracia e educação**, da professora Lidiane Fatima Grutzmann, da Universidade de São Paulo (USP) e do professor Joel Cezar Bonin, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Partindo da complexidade desses termos e utilizando-se da técnica dos diagramas de Venn e de Peirce, buscam os limites da atual crise da democracia e seus reflexos na educação. Os autores mobilizados para o debate são Bauman, Morin, Laclau e Mouffe e, como resultado, surge o conceito de agonismo em suas duas faces: como elemento articulador entre crise e democracia, e como horizonte de ação para a educação em circunstâncias intempestivas.

No artigo **Coletividades interseccionais e justiça integradora: interpretando a relação entre justiça social e interseccionalidade**, as professoras Aldenora Conceição Macedo e Cátia Piccolo Viero Devechi, ambas da Universidade de Brasília, discutem a conexão entre a interseccionalidade e a justiça social nas pesquisas educacionais. Trata-se de um estudo hermenêutico, com base em obras de Nancy Fraser e de intelectuais da interseccionalidade – como, Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, Ângela Davis, Kimberlé Crenshaw, Lélia González e Heleieth Saffioti. Concluem que as investigações educacionais para a justiça social precisam estar vinculadas aos estudos interseccionais e, a interseccionalidade ao seu compromisso com a justiça social.

Já em **Æsthesis, Tecnologias Digitais e Educação: a formação dos sentidos humanos na era do virtual**, o problema dos autores, o professor Antônio José Lopes Alves, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Sabina Maura Silva, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), são os desdobramentos dos atuais processos de virtualização e a constituição de um novo universo de experiência da realidade e das atividades cotidianas dos indivíduos. O artigo parte da reflexão sobre a noção filosófica de *aesthesis* e procura estabelecer as implicações práticas e teóricas desses processos para a educação.

O artigo de Christiane Costa de Matos Fernandes, da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado **A realidade do mundo exterior em *Ser e Tempo* à luz da crítica ao correlacionismo de Quentin Meillassoux**, busca indicar o sentido geral da crítica ao correlacionismo feita por Meillassoux, segundo a qual não temos acesso senão à correlação entre pensamento e ser, destacando a aporia indicada por essa crítica através do argumento da ancestralidade, e finalmente, a partir de *Ser e Tempo*, discute o alcance da aporia apresentada por Meillassoux em face da posição heideggeriana acerca da realidade do mundo exterior.

Prosseguindo à leitura, encontramos o artigo **Erich Fromm e a crítica à universalidade do Complexo de Édipo**, de autoria da professora Jacqueline de Oliveira Moreira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e do professor Carlos Drawin, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Neste texto, retoma-se o pensamento de Erich Fromm, bastante influente no Brasil dos anos 1960 e 1970 para revistar a sua crítica ao naturalismo freudiano; o objetivo é subsidiar a discussão contemporânea acerca do caráter universal ou etnocêntrico da interpretação psicanalítica do mito edípico.

Em seguida temos o artigo da professora Ana Cláudia Teodoro Sousa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujo título é ***Semel in vita*: considerações sobre a brevidade do projeto fundacionalista cartesiano**, no qual, por meio de uma análise minuciosa de todas as ocorrências da fórmula *semel in vita* dentro do corpus cartesiano, evidencia que se trata de um recurso retórico relevante vinculado ao momento decisivo da filosofia cartesiana.

Por fim, a seção dos artigos de fluxo contínuo, selecionados para este número, encerra-se com o trabalho intitulado **O amigo-inimigo: contribuições da filosofia indígena à teoria da amizade**, de autoria do professor João Jackson Bezerra Vianna, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em seu texto, o autor pretende compreender algumas das imagens diversas que o amigo pode suscitar em nosso pensamento. Parte-se de uma crítica ao tratamento filosófico da tradição ocidental aristotélica, para a qual o amigo é um outro-si-mesmo, fraterno e irmão. A crítica é feita

a partir das filosofias indígenas, considerando a política de amizade inventada entre anfitriões indígenas e antropólogos. Como resultado dessa crítica, o amigo emerge como uma atualização de um outro-outro, e a questão que emerge é esta: quais são os efeitos políticos de reconhecer o amigo a partir da imanência do inimigo?

Finalizando essa apresentação, quero agradecer ao interesse dos leitores e dos pesquisadores que confiam a nós o trabalho de publicação de suas instigantes pesquisas, contribuindo para manter o nível de qualidade que essa Revista mantém há 37 anos. Desejo a todos boa leitura.